

## A RELAÇÃO ENTRE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

André Gustavo Almeida e Silva (PPGA/UFRN) – andregustavo.rn@gmail.com  
Raquel Menezes Bezerra Sampaio (PPGA/UFRN) – raquelmbsampaio@gmail.com

### Resumo

Desde o final do século XX, a gestão dos recursos públicos ganhou destaque em decorrência dos elevados níveis de endividamento público comprometendo a realização de ações e atividades essenciais à promoção de uma melhor qualidade de vida social. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que um agente público devia se pautar nos pilares de planejamento, controle, responsabilidade e transparência para alcançar uma boa gestão dos recursos públicos, favorecendo assim a qualidade da gestão fiscal. Entre estes pilares, a transparência seria de fundamental importância à disciplina fiscal, ao proporcionar a todos os cidadãos acesso às informações das ações praticadas pelos governantes. É neste contexto que o presente estudo analisa o efeito da transparência pública sobre o desempenho da gestão fiscal nos municípios brasileiros com base num modelo de dados em painel para os anos de 2015 e 2016. Os resultados estatísticos não evidenciam relação positiva e significativa da transparência pública geral e desmembrada (transparência ativa e passiva) sobre o desempenho da gestão fiscal para a amostra completa. Porém, considerando o agrupamento dos municípios por faixa populacional, revela-se que a transparência pública geral e a transparência ativa melhoraram o desempenho fiscal para municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes.

**Palavras-chave:** Transparência Pública; Gestão Fiscal; Municípios; Dados em Painel.

### Abstract

Since the late twentieth century, the management of public resources was highlighted as a result of high levels of public debt, compromising the performance of actions and activities essential to promote a better quality of social life. The Fiscal Responsibility Law (LRF) established that a public agent should be based on the pillars of planning, control, accountability and transparency to achieve good management of public resources, thus favoring the quality of fiscal management. Among these pillars, transparency should be of fundamental importance to fiscal discipline, since it provides all citizens with access to the information of the actions practiced by the rulers. The present study analyzed the effect of public transparency on the performance of fiscal management in Brazilian municipalities, based on a panel data model for 2015 and 2016. The results did not show a positive and significant relationship between general and disaggregated public transparency (active and passive transparency) on the performance of fiscal management for the entire sample. However, it revealed that general public transparency and active transparency presented positively related in municipalities with a population between 50 and 100 thousand inhabitants.

**Keywords:** Public Transparency; Fiscal Management; Municipalities; Panel Data.

**Área ANPEC:** Área 5 – Economia no Setor Público.

**Classificação JEL:** H11, E62, H83

## 1 INTRODUÇÃO

As reformas gerenciais promovidas no Estado, no final do Século XX, fizeram surgir um novo modelo governamental, chamado de governança pública, que busca atender o clamor da sociedade pela transparência e responsabilidade dos gestores públicos em prestar contas dos seus atos, induzindo-os a administrar seus recursos com mais responsabilidade e eficiência (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Desde então, a transparência na administração pública tem provocado nos gestores públicos a necessidade de serem mais responsáveis em sua atuação, permitindo que a sociedade, com o acesso às informações, controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público, sendo um instrumento indispensável na redução da corrupção. (HAMEED, 2005; KOLSTAD; WIIG, 2009; VIEIRA, 2012; DE SIMONE; GAETA; MOURÃO, 2017). Logo, não há democracia efetiva sem transparência e acesso à informação por parte da sociedade (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014).

No Brasil, o grande impulso para a transparência inicia-se com a Constituição Federal (CF) de 1988, que estabelece em seu artigo 5º, inciso XXXIII, que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988)

Nos últimos anos, por meio da edição de uma série de normas infraconstitucionais, esse dever se tornou ainda mais explícito. No ano 2000, mesmo antes da popularização da Internet, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabeleceu que os instrumentos de transparência na gestão fiscal, tais como orçamentos e prestações de contas deveriam ter ampla publicidade em meios eletrônicos de acesso público para que o cidadão pudesse acompanhar o planejamento das contas públicas e os resultados do governo (BRASIL, 2000).

Todavia, a efetivação da transparência no âmbito público só se instaurou em 2009, com a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, e detalhou ainda mais esse dever, prevendo a obrigação de que todos os municípios brasileiros disponibilizassem suas informações de caráter orçamentário e financeiro em tempo real, ou seja, no primeiro dia útil subsequente ao registro contábil no sistema de informação (BRASIL, 2009). Porém, foi apenas em 2013 que esta lei obteve vigência plena, uma vez que foi concedida uma carência de quatro anos para que os municípios com até 50 mil habitantes se ajustassem às exigências da nova lei.

Todo este cenário legal de transparência ganhou um reforço em 2011 com a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação - LAI) que regulamentou o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país, dividindo a transparência pública em dois tipos: ativa e passiva. (BRASIL, 2011).

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, a grave situação fiscal ganhou destaque em decorrência do persistente processo de queda da arrecadação e de frustração de receitas não recorrentes, como as derivadas de programas de regularização tributária ou de concessões. Ao mesmo tempo, o governo se depara com despesas obrigatórias que crescem por fatores externos ao seu controle – caso dos benefícios previdenciários e assistenciais e, em menor medida, das despesas com pessoal e encargos (IFGF, 2017).

No Brasil, a gestão fiscal é regida pelas regras definidas na Lei n.º 4.320, de 1964, Constituição Federal de 1998 e, em especial, pela Lei Complementar nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF define que, para alcançar uma gestão fiscal equilibrada, um agente público deve pautar-se nos pilares de planejamento, controle, transparência e responsabilidade dos atos públicos (BRASIL, 2000).

Entre os pilares, a transparência proporciona a todos os cidadãos acesso às informações das ações praticadas pelos governantes, por meio dos instrumentos de transparência da gestão fiscal: planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; prestações de contas; e Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Diversos estudos nacionais e internacionais focaram em apontar os determinantes da transparência pública com base em evidências empíricas, sob o ponto de vista de diversas dimensões, quais sejam social, econômica, política, fiscal, educacional, demográfica, entre outras (ALT; LASSEN; ROSE, 2006; SANTANA JUNIOR et al., 2009; CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009; CRUZ et al., 2012; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; BARROS, 2014; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014; LEITE FILHO; COLARES; ANDRADE, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2017). No entanto, poucos esforços foram investidos em avaliar as consequências associadas à transparência, especialmente em relação ao desempenho fiscal.

Em âmbito internacional, pesquisas empíricas anteriores têm sugerido a existência de relação positiva entre transparência e indicadores de desempenho fiscal (HAMEED, 2005; ALT; LASSEN, 2006; BENITO; BASTIDA, 2009), à exceção dos estudos de Jarmuzek (2006) e Sedmihradská e Hass (2012), os quais concluíram que não há evidências estatísticas fortes da associação entre transparência e desempenho fiscal. Vale ressaltar, que 4 dos 5 estudos internacionais citados construíram seu próprio indicador de transparência usando fontes de dados internacionalmente comparáveis (OCDE e FMI) e utilizaram países desenvolvidos e em desenvolvimento como unidades de análise.

No Brasil, sob a vigência dos marcos legais da transparência, encontramos apenas o estudo de Cruz e Afonso (2018) que analisou a relação entre os pilares da gestão fiscal responsável sobre indicadores de resultados fiscais. Para tanto, a referida pesquisa utilizou dados do período de 2010 a 2013, de apenas 282 municípios com população superior a 100 mil habitantes. No que diz respeito ao pilar da transparência, o estudo a avaliou sob o ponto de vista fiscal com metodologia dos próprios autores e segregada em quatro variáveis considerando as diferentes fases do processo orçamentário a que estavam relacionadas. Os resultados apresentaram relação positiva e significativa apenas com o indicador relacionado à margem de despesa com pessoal. A maioria dos modelos não apresentou coeficientes significantes para as variáveis relacionadas com a transparência fiscal.

O objetivo principal do presente estudo é analisar o efeito da transparência sobre o desempenho a gestão fiscal nos municípios brasileiros no período 2015-2016 por meio de um modelo de dados em painel. Os dados principais dados utilizados consistem no índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), utilizado neste estudo como indicador para mensurar o desempenho da gestão fiscal nos municípios brasileiros e no índice de transparência do Ministério Público Federal, desmembrado em transparência ativa e passiva. Analisa-se ainda relação entre desempenho fiscal e a transparência pública entre grupos de municípios divididos por faixa populacional de acordo com a lei complementar nº 131/2009.

Como principais contribuições deste estudo à literatura, destacam-se a amplitude nacional, em que são analisados municípios brasileiros de diversas faixas populacionais, o efeito da transparência pública em termos de transparência ativa e passiva, que podem afetar o desempenho fiscal de forma distinta, e ainda, as análises estatísticas utilizando o modelo de dados em painel com dados de um período recente (2015-2016), após a efetiva vigência da lei da transparência, permitindo uma discussão mais abrangente da relação entre a transparência pública e o desempenho da gestão fiscal.

Por fim, este artigo está estruturado, em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção, consta uma revisão das evidências empíricas sobre transparência e gestão fiscal. Na terceira, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, na quarta seção, são apresentadas a seleção da amostra e suas estatísticas descritivas. Na seção 5, apresentam-se os resultados e na última seção, são apresentadas as conclusões da pesquisa, destacando os objetivos alcançados, as limitações encontradas e os trabalhos futuros.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

A literatura empírica sobre os fatores que contribuem para um melhor desempenho fiscal em entidades públicas não é grande.

Uma revisão de literatura foi realizada no google acadêmico entre os meses de abril e junho de 2018. Neste sentido, utilizamos como critérios de inclusão os estudos classificados como artigos, dissertações ou teses publicadas no período de 2000 a 2018. As palavras-chaves usadas como critérios de busca nos títulos dos artigos foram: “transparência pública”, “transparência fiscal”, “gestão fiscal” e “setor público”. No entanto, a fim de localizar pesquisas quantitativas sobre o tema refinou-se a busca com a aplicação de palavras-chaves secundárias: avaliação, determinantes, fatores, relação, estudo, nível e índice. Foram feitas pesquisas utilizando as palavras-chaves no idioma português e no inglês. Dos 26 estudos resultantes, verificou-se que apenas seis estudos internacionais e um estudo nacional tratavam da relação da transparência com o desempenho fiscal. Estes estudos são apresentados na sequência.

No cenário internacional, Hameed (2005) verificou se os países com práticas fiscais mais transparentes têm mais credibilidade no mercado, melhor disciplina fiscal e menos corrupção. Para isso, utilizou regressão linear com dados médios de países do período de 1998-2002. Os resultados mostraram que países mais transparentes mostram melhores classificações de crédito, melhor disciplina fiscal e menos corrupção, após o controle de outras variáveis socioeconômicas.

Alt e Lassen (2006) investigaram se um grau mais alto de transparência fiscal está, de fato, associado com menor dívida pública. Para isso, utilizou uma regressão múltipla em 2 estágios (2SLS) com dados de 19 países da OCDE e instrumentaram a transparência utilizando a competição política, uma *dummy* para sistema presidencialista e uma *dummy* para tradição legal. Seus resultados sugeriram que um maior grau de transparência fiscal está associado a uma menor dívida e déficits públicos, independente dos controles de variáveis explicativas de outras abordagens.

Jarmuzek (2006) examinou o papel da transparência da política fiscal no estabelecimento de uma melhor disciplina fiscal nas economias em transição. Para isso, utilizou uma regressão em 2 estágios (2SLS) e o Método dos Momentos Generalizado (GMM) com dados médios de 27 países do período de 1994-2005. Os resultados para os países desenvolvidos mostram que a transparência fiscal é um elemento importante no estabelecimento da disciplina fiscal. Por outro lado, para economias em transição, o estudo não forneceu evidências estatísticas fortes para a importância da transparência fiscal.

Benito e Bastida (2009) avaliaram, pela primeira vez, as relações entre transparência orçamentária, situação fiscal e participação política usando uma abordagem internacional comparativa. As evidências empíricas sugeriram, por meio de regressão linear e análise de cluster, uma relação positiva entre o equilíbrio fiscal do governo nacional e a transparência orçamentária, ou seja, quanto mais informações o orçamento divulgar, menos os políticos podem usar os déficits fiscais para atingir metas oportunistas.

Sedmihradská e Haas (2012) exploraram a relação entre transparência orçamentária e desempenho fiscal em 18 países. Para isso, utilizaram um modelo de dados em painel durante o período de 2004 a 2009. Os resultados não confirmaram uma relação clara entre transparência orçamentária e déficit orçamentário ou dívida pública, mas encontraram uma relação forte e estatisticamente significativa entre a corrupção e a transparência.

Arbatli e Escolano (2015) investigaram o efeito da transparência fiscal sobre as classificações de mercado de risco soberano em uma amostra de países com medidas de transparência fiscal. Para tanto, utilizaram regressão de corte transversal com dados médios de 21 países do período de 2000-2010 e instrumentaram a transparência utilizando a competição política, baseado na observação de que os partidos políticos preferem mais transparência se houver uma alta probabilidade de que possam perder o cargo no próximo mandato. Os autores concluíram que o aumento da transparência fiscal está associado a melhores classificações de crédito para economias avançadas e em desenvolvimento, porém em canais diferentes. Nas economias avançadas, o efeito indireto da transparência através de melhores resultados fiscais é mais significativo, enquanto para as economias em desenvolvimento o efeito de credibilidade direta parece ser mais relevante.

No cenário nacional, encontramos apenas o estudo de Cruz e Afonso (2018) que analisaram a relação entre indicadores de cumprimento de metas e limites fiscais com variáveis representativas dos pilares planejamento, transparência e controle. O estudo utilizou dados primários de 282

municípios brasileiros, com população superior a 100 mil habitantes, no período de 2010 a 2013, usando dados em painel. No que tange à dimensão da transparência, os autores verificaram relação positiva e significativa apenas com um indicador relacionado à margem de despesa com pessoal. Porém, a maioria dos modelos não apresentou coeficientes significantes para as variáveis relacionadas com a transparência fiscal (CRUZ; AFONSO, 2018).

Com relação ao estudo de Cruz e Afonso (2018) cabe aqui destacar diferenças em relação ao que se pretende realizar nesta pesquisa. O objeto do estudo de Cruz e Afonso (2018) foi os três pilares da gestão fiscal responsável (ação planejada, transparência e controle). Além disso, o escopo envolveu apenas 282 municípios com população superior a 100 mil habitantes. Os dados utilizados na pesquisa dos autores foram do período de 2010 a 2013 e envolviam a transparência fiscal. Para tanto, os autores utilizaram uma metodologia própria para criar as variáveis referentes à transparência fiscal, de acordo com as diferentes fases do processo orçamentário a que estavam relacionadas.

A Tabela 1 resume estes estudos sobre a relação entre transparência e desempenho fiscal, incluindo os autores, indicadores de desempenho fiscal, indicadores de transparência, amostra, método utilizado e principais resultados.

No geral, essas contribuições, baseadas em sua maioria, em dados de corte transversal mostram uma falta de consenso na literatura, em virtude de alguns resultados serem negativos, outros positivos e outros nulos, aparentando uma dependência do contexto e da metodologia utilizada, e, portanto, necessitando de mais investigações.

**Tabela 1** – Estudos existentes sobre a relação da transparência com o desempenho fiscal.

<b>Autor(es)</b>	<b>Indicador de Desempenho fiscal</b>	<b>Indicador de Transparência</b>	<b>Amostra</b>	<b>Método utilizado</b>	<b>Principais Resultados</b>
Hameed (2005)	Balanco fiscal médio de cinco anos (1998-2002)	Indicador próprio baseado nos Relatórios sobre a Observância de Normas e Códigos -ROSCs do FMI (2005)	57 países	Regressão Múltipla	Países mais transparentes mostram melhor disciplina fiscal (balanço fiscal médio).
Alt&Lassen (2006)	Percentual da Dívida do Governo/PIB (1999).	Indicador próprio baseado no questionário da OCDE (1999)	19 países	Regressão Múltipla	Relação forte e negativa entre transparência fiscal e dívida e déficits públicos.
Jarmuzek (2006)	Percentual da Dívida do Governo/PIB (2005)	Indicador próprio baseado nos Relatórios sobre a Observância de Normas e Códigos - ROSCs do FMI (2005)	27 países	Regressão Múltipla	Relação fraca e negativa entre a transparência fiscal e o desempenho fiscal.
Benito e Bastida (2009)	Percentual da Dívida do Governo/PIB e Percentual do Balanço Orçamentário do Governo/PIB (2003)	Indicador próprio baseado na base de dados da OCDE e Banco Mundial (2003)	41 países	Correlação de Pearson, Regressão Múltipla e Análise e Cluster.	Relação positiva e significativa entre transparência e balanço orçamentário.
Sedmihradská e Haas (2012)	Percentual da Dívida do Governo/PIB (2004-2009)	Índice de Orçamento Aberto – OBI (2004-2009)	21 países	Dados em Pannel	Não há uma relação clara entre transparência orçamentária e déficit orçamentário ou dívida pública.
Arbatli e Escolano (2015)	Balanço primário médio (2000-2010) eo percentual da dívida do governo/PIB (2010)	Indicador próprio baseado nos Relatórios sobre a Observância de Normas e Códigos -ROSCs do FMI e o Índice de Orçamento Aberto - OBI (2010)	56 países, sendo 21 economias avançadas e 35 em desenvolvimento.	Regressão Múltipla	Relação forte entre transparência e o desempenho fiscal, apenas para economias avançadas.
Cruz e Afonso (2018)	5 indicadores de Cumprimento de metas e limites fiscais (2010-2013)	Indicador próprio baseado nas orientações da LRF (art. 48) (2010-2013)	282 municípios de grande porte	Dados em Pannel	Relação positiva e significativa entre a transparência e apenas um dos indicadores de cumprimento de metas e limites fiscais, no caso a margem de despesa com pessoal.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia usada nesse artigo é um modelo de dados em painel com observações para municípios brasileiros nos anos de 2015 e 2016.

A variável dependente, utilizada como *proxy* para medir o desempenho da gestão fiscal nos municípios brasileiros, é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), um índice construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras. O IFGF é uma média ponderada de 5 indicadores:

$$IFGF = RP \times 0,225 + GP \times 0,225 + IN \times 0,225 + LQ \times 0,225 + CD \times 0,10$$

em que:

- *Indicador da Receita Própria (RP)*: mede o total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da receita corrente líquida, permitindo avaliar o nível de dependência das entidades municipais no que tange às transferências dos Estados e da União.
- *Indicador de Gastos com Pessoal (GP)*: mensura o quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, em relação ao total da receita corrente líquida, indicando o nível de rigidez orçamentária, uma vez que este tipo de gasto é inflexível.
- *Indicador de Investimentos (IN)*: evidencia o total de investimentos em relação à Receita Corrente Líquida, demonstrando se o ente público está investindo em obras de infraestrutura como ruas pavimentadas, hospitais e escolas em boas condições e etc.
- *Indicador de Liquidez (LQ)*: demonstra se os entes públicos estão deixando recursos em caixa necessários para quitar suas dívidas de curto prazo no corrente ano, ou seja, os restos a pagar. Esse índice relaciona a liquidez do ente público com o total de receita corrente líquida.
- *Indicador do Custo da Dívida (CD)*: corresponde ao quociente entre os juros e amortizações (encargos da dívida pública) e a Receita Líquida Real indicando de que maneira o orçamento do ente público se encontra comprometido com o pagamento de amortizações e juros

Cada indicador descrito acima varia entre 0 e 1 e possui um peso na composição do índice médio. Dessa forma, o próprio IFGF varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próxima de 1, melhor a situação fiscal do município no ano em observação. A principal variável explicativa é a transparência pública, medida através do índice nacional de transparência desenvolvido pelo Ministério Público Federal (MPF, 2018). O índice do MPF é calculado abrangendo três tipos de transparência: transparência ativa, transparência passiva e boas práticas de transparência.

Como controles, utilizamos variáveis explicativas do desempenho fiscal e da transparência pública, tomando como base os estudos anteriores sobre a relação entre transparência e desempenho fiscal (HAMEED, 2005; ALT; LASSEN, 2006; JARMUZEK, 2006; BENITO; BASTIDA, 2009; SEDMIHRADSKÁ; HAAS, 2012; ARBATLI; ESCOLANO, 2015; CRUZ; AFONSO, 2018), bem como, sobre variáveis explicativas da transparência (ALT; LASSEN; ROSE, 2006; SANTANA JUNIOR et al., 2009; CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009; CRUZ et al., 2012; CAAMAÑO-ALEGRE et al., 2013; BARROS, 2014; LEITE FILHO; COLARES; ANDRADE, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2017; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014).

Foram consideradas variáveis socioeconômicas (população estimada, taxa de urbanização e PIB *per capita*), políticas (*dummy* de competição política do prefeito, *dummy* de reeleição do prefeito e *dummies* de alinhamento político entre o prefeito e o governador e presidente) e *dummies* por região. A Tabela 2 apresenta resumidamente a definição das variáveis da pesquisa, as fontes dos dados e os estudos anteriores que utilizaram as mesmas variáveis.

Tabela 2 – Variáveis explicativas do estudo.

Dimensão	Variável	Descrição	Fonte de Dados	Referencial Teórico
Transparência	Índice de Transparência Geral ( <i>ind_transp</i> )	Indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da LAI, LRF e Lei da Transparência.	MPF	(MPF, 2018)
	Índice Transparência Ativa ( <i>ind_transp_ativa</i> )	Indicador desmembrado do índice de transparência geral que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da LAI, LRF e Lei da Transparência com relação à transparência ativa.		
	Índice de Transparência Passiva ( <i>ind_transp_passiva</i> )	Indicador desmembrado do índice de transparência geral que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da LAI, LRF e Lei da Transparência com relação à transparência passiva.		
Demográfica	População estimada ( <i>pop</i> )	Número estimado de habitantes do município, segundo o IBGE.	IBGE	(SANTANA JUNIOR et al., 2009; CRUZ et al., 2009; LEITE FILHO; COLARES; ANDRADE, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2017;)
	População estimada até 50 mil habitantes ( <i>dpop50mil</i> )	Dummy que representa os municípios com número estimado de habitantes até 50 mil habitantes, segundo o IBGE.		(BRASIL, 2009)
	População estimada entre 50 e 100 mil habitantes ( <i>dpop50_100mil</i> )	Dummy que representa os municípios com número estimado de habitantes entre 50 e 100 mil habitantes, segundo o IBGE.		
	População estimada maior que 100 mil habitantes ( <i>dpopmaior100mil</i> )	Dummy que representa os municípios com número estimado de habitantes maior que 100 mil habitantes, segundo o IBGE.		
	Taxa de Urbanização ( <i>txurban2010</i> )	Percentual da população urbana em relação à população total de uma dada região.		(WRIGHT, 2013; OLIVEIRA; SANTOS, 2017; SANTANA; REIS; SEDIYAMA, 2017)
	Regiões do Brasil ( <i>dnordeste, dsudeste, dsul, dnorte, dcentro_oeste</i> )	<i>Dummies</i> representativas das regiões geográficas dos municípios brasileiros, que atuará como <i>proxy</i> para capturar as características regionais dos municípios.		(ABREU et al., 2015; MAGALHÃES, 2017; BALDISSERA, 2018)
Econômica	PIB <i>per capita</i> ( <i>pibpc</i> )	Produto Interno Bruto, ou seja, a soma de todos os bens do município, dividido pela quantidade de habitantes do estado.	IBGE	(HAMEED, 2005; JARMUZEK, 2006; SANTANA JUNIOR et al., 2009; CRUZ et al., 2009; CRUZ et al., 2012; ARBATLI; ESCOLANO, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2017;)



Política	Competição política do prefeito ( <i>dcomp_pref</i> )	<i>Dummy</i> que descreve a alternância do prefeito após as eleições de 2012. Todavia, dada a possibilidade de reeleição do prefeito, ou da sua sucessão por político do seu partido, optou-se, neste estudo, pela utilização da continuidade ou não de determinado partido político no poder após as eleições municipais de 2012 como <i>proxy</i> de competição política, ou seja, se muda o partido do prefeito eleito há competição, caso contrário, não.	TSE	(ALT; LASSEN, 2006; JARMUZEK, 2006; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014; ARBATLI; ESCOLANO, 2015; MAGALHÃES, 2017).
	Reeleição do prefeito ( <i>dreeleicao</i> )	<i>Dummy</i> que identifica se o prefeito foi reeleito ou não.		
	Alinhamento político do prefeito com o governador ( <i>dalinha_gov2014</i> )	<i>Proxy</i> de alinhamento político do prefeito com o governador eleito em 2014. Optou-se, neste estudo, pela utilização da coligação de partidos que elegeu o governador nas eleições de 2014, ou seja, se o partido do prefeito fazia parte da coligação do governador eleito, então há alinhamento político, caso contrário, não.		
	Alinhamento político do prefeito com o presidente ( <i>dalinha_pres2014</i> )	<i>Proxy</i> de alinhamento político do prefeito com o presidente eleito em 2014. Optou-se, neste estudo, pela utilização da coligação de partidos que elegeu o presidente nas eleições de 2014, ou seja, se o partido do prefeito fazia parte da coligação do governador eleito, então há alinhamento político, caso contrário, não.		

A metodologia usada nesse trabalho trata de dados em painel para municípios brasileiros com dados de 2015 e 2016, segundo as equações 1 e 2 abaixo.

$$(1) \quad IFGF_{it} = \beta_0 + \beta_1 d2016_{it} + \beta_2 ind\_transp_{it} + \beta_3 lpop_{it} + \beta_4 lpibpc_{it} \\ + \beta_5 txurban2010_{it} + \beta_6 DPOL_{it} + \beta_7 DR_i + \alpha_i + \mu_{it}$$

$$(2) \quad IFGF_{it} = \beta_0 + \beta_1 d2016_{it} + \beta_2 ind\_transp\_ativa_{it} + \beta_3 ind\_transp\_passiva_{it} \\ + \beta_4 lpop_{it} + \beta_5 lpibpc_{it} + \beta_6 txurban2010_{it} + \beta_7 DPOL_{it} \\ + \beta_8 DR_i + \alpha_i + \mu_{it}$$

Em que:

$IFGF_{it}$  é a variável *proxy* de desempenho da gestão fiscal do município  $i$  no ano  $t$ ;

$ind\_transp_{it}$  é a variável do índice da transparência pública do município  $i$  no ano  $t$ ;

$ind\_transp\_ativa_{it}$  é a variável que representa o índice da transparência ativa do município  $i$  no ano  $t$ ;

$ind\_transp\_passiva_{it}$  é a variável do índice da transparência passiva do município  $i$  no ano  $t$ .

$lpop_{it}$  é a variável referente ao log da população estimada do município  $i$  no ano  $t$ ;

$lpibpc_{it}$  é a variável referente ao log do produto interno bruto per capita do município  $i$  no ano  $t$ ;

$txurban2010_{it}$  é a variável referente a taxa de urbanização do município  $i$  no ano  $t$ ;

$DR_i$  são as *dummies* que visam captar as características regionais;

$DPOL_{it}$  são as *dummies* que representam as variáveis políticas, quais sejam: competição política do prefeito ( $dcomp\_pol$ ), reeleição do prefeito ( $dreeleicao$ ), alinhamento político do prefeito com o governador ( $dalinha\_gov2014$ ) e alinhamento político do prefeito com o presidente da república ( $dalinha\_pres2014$ );

$\beta_0$  é o intercepto;

$\beta_1, \dots, \beta_7$  são os parâmetros a serem estimados;

$i$  = varia de 1 a 4.442 municípios;

$t$  = 2015 e 2016;

$\alpha_i$  representa os fatores constantes; e

$\mu_{it}$  representa o erro aleatório.

As equações foram estimadas usando tanto o modelo de efeitos fixos quando o de efeitos aleatórios e seus resultados foram comparados através do teste de Hausman.

Além das estimações com a amostra completa, são consideradas ainda estimações de sub-amostras divididas por regiões e por faixa populacional agrupando os municípios da amostra em três grupos definidos na lei complementar nº 131/2009, quais sejam: (1) abaixo de 50 mil habitantes; (2) entre 50 e 100 mil habitantes; e (3) acima de 100 mil habitantes.

#### 4 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Inicialmente o estudo abrangia todos os 5.570 municípios brasileiros. No entanto, Brasília e Fernando de Noronha não entraram na base de dados do IFGF por não possuírem prefeitura. Foram excluídos da base de dados 1.117 municípios por não possuírem dados do IFGF em 2015 ou 2016. Posteriormente, foram excluídos mais 9 municípios por não terem eleições em 2008 ou não existirem à época por serem distritos de outros municípios, ou ainda, por não terem candidatos nas eleições e, portanto, não possuírem dados referentes às variáveis relacionadas à reeleição do prefeito e à competição política do prefeito.

Sendo assim, a amostra foi composta de 4.442 municípios para cada ano, o que corresponde a 79,78% do número de municípios brasileiros, conforme Tabela 3.

**Tabela 3** – Caracterização da amostra da pesquisa por região brasileira.

Região	Total de Municípios	Municípios Excluídos	Municípios da Amostra	Percentual
Norte	311	137	174	55,95%
Nordeste	1793	509	1284	71,61%
Sul	1191	88	1103	92,61%
Sudeste	1668	239	1429	85,67%
Centro-Oeste	605	153	452	74,71%
<b>Total</b>	<b>5568</b>	<b>1126</b>	<b>4442</b>	<b>79,78%</b>

A Tabela 3 mostra que a região sul foi a que menos teve municípios excluídos da base, sendo a amostra composta por 92,61% de todos os municípios sulistas. Por outro lado, a região norte foi a que mais apresentou municípios excluídos, ficando a amostra com 55,95% do total de municípios da região.

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis consideradas na amostra do estudo, para cada ano (2015 e 2016), incluindo medidas referentes à média, desvio-padrão e número de observações.

**Tabela 4** - Estatísticas descritivas para amostra completa.

VARIÁVEIS	Média (Desvio Padrão)	
	2015	2016
<b>Desempenho Fiscal (Dependente)</b>		
<i>ifgf</i>	0.4453 (0.1396)	0.4664 (0.1262)
<b>Transparência (Interesse)</b>		
<i>ind_transp</i>	4.1322 (2.5561)	5.4694 (2.7357)
<i>ind_transp_ativa</i>	4.8268 (3.1688)	5.934 (3.175)
<i>ind_transp_passiva</i>	4.1572 (3.3734)	5.8788 (3.5015)
<b>Controles</b>		
<i>pop</i>	39314.73 (236113.8)	39618.65 (237537.6)
<i>pibpc</i>	20681.32 (19436.37)	22346.1 (20911.7)
<i>tx_urban2010</i>	64.7508 (22.071)	64.7508 (22.071)
<i>dcomp_pref</i>	0.6889 (0.463)	0.6889 (0.463)
<i>dreeleicao</i>	0.2384 (0.4262)	0.2384 (0.4262)
<i>dalinha_gov2014</i>	0.5871 (0.4924)	0.5871 (0.4924)
<i>dalinha_pres2014</i>	0.6022 (0.4895)	0.6022 (0.4895)
Nº Observações	4442	4442

Conforme demonstrado acima, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (*ifgf*), que varia de 0 a 1, apresentou um leve crescimento entre 2015 e 2016. Percebe-se também que a média em cada um dos anos ficou abaixo de 50% com um desvio padrão na faixa dos 30% para os dois anos, o que leva a crer, em uma análise simplificada, que há uma alta dispersão no comportamento dessa variável.

O índice de transparência (*ind\_transp*), que avalia o nível de transparência pública dos municípios, e varia de 0 a 10, teve um crescimento de 29,3% entre 2015 e 2016, que pode ser justificado pelas recomendações expedidas pelo MPF, após a primeira avaliação do projeto do

ranking nacional dos portais da transparência. Ainda assim, o valor médio do período ficou em 4.83, considerado baixo, uma vez que não chega a 50% da pontuação máxima possível, refletindo a necessidade de melhoria na transparência dos municípios. Nota-se, também, um desvio padrão médio bastante elevado, da ordem de 56,9%, sugerindo uma dispersão bastante considerada entre as notas dos municípios.

Ainda sobre a transparência, considerando agora suas dimensões, transparência ativa e transparência passiva, observa-se o índice de transparência ativa (*ind\_transp\_ativa*) com uma média 7,2% superior ao índice de transparência passiva (*ind\_transp\_passiva*), evidenciando a preocupação dos municípios em divulgar, em seus portais da transparência, informações de interesse coletivo, exigidos por lei.

A Tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas por faixa populacional.

**Tabela 5** - Estatísticas descritivas por faixa populacional.

VARIÁVEIS	Média (Desvio Padrão)					
	1- Até 50mil hab		2- Entre 50 e 100mil hab		3- Maior que 100mil hab	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<b>Desempenho Fiscal (Dependente)</b>						
<i>ifgf</i>	0.4373 (0.1366)	0.4618 (0.1232)	0.4635 (0.1473)	0.4637 (0.1411)	0.546 (0.1344)	0.5377 (0.13)
<b>Transparência (Interesse)</b>						
<i>ind_transp</i>	4.003 (2.552)	5.3212 (2.7401)	4.5809 (2.3715)	6.0757 (2.464)	5.5612 (2.3273)	6.9749 (2.399)
<i>ind_transp_ativa</i>	4.6762 (3.1843)	5.7783 (3.2079)	5.4404 (2.9913)	6.6693 (2.7875)	6.3857 (2.5839)	7.4063 (2.55)
<i>ind_transp_passiva</i>	4.0404 (3.3396)	5.7443 (3.4964)	4.3994 (3.384)	6.1906 (3.517)	5.6362 (3.514)	7.5141 (3.1138)
<b>Controles</b>						
<i>pop</i>	13189.47 (10751.69)	13238.11 (10801.39)	69317.88 (14221.08)	69215.3 (14023.45)	398159 (905951.7)	395797.6 (903221.3)
<i>tx_urban2010</i>	61.6019 (20.9936)	61.583 (20.9891)	80.3358 (17.9596)	80.1787 (17.9306)	94.1786 (9.0321)	94.1579 (9.0488)
<i>pibpc</i>	19598.42 (18819.78)	21336.69 (20307.06)	24912.58 (23174.7)	25345.14 (19628.95)	32104.71 (19588.58)	33874.01 (26642.05)
<i>dcomp_pref</i>	0.6853 (0.4645)	0.6853 (0.4645)	0.7282 (0.4456)	0.723 (0.4483)	0.6977 (0.4602)	0.7034 (0.4576)
<i>dreeleicao</i>	0.2398 (0.427)	0.2398 (0.427)	0.2181 (0.4137)	0.2162 (0.4124)	0.2403 (0.4281)	0.2433 (0.4299)
<i>dalinha_gov2014</i>	0.5839 (0.493)	0.5838 (0.493)	0.5973 (0.4913)	0.5912 (0.4924)	0.624 (0.4853)	0.6312 (0.4834)
<i>dalinha_pres2014</i>	0.6058 (0.4887)	0.6057 (0.4888)	0.5839 (0.4937)	0.5845 (0.4936)	0.5698 (0.4961)	0.5703 (0.496)
<i>Nº Observações</i>	3886	3883	298	296	258	263

A Tabela 5 mostra que no ano de 2016 (mais recente), 263 municípios (5,92%) possuem população superior a 100 mil habitantes (metrópoles e municípios de grande porte), 296 municípios (6,67%) têm população maior que 50 mil e menor que 100 mil habitantes (municípios de médio porte) e 3.883 municípios (87,42% dos municípios) são pequenos ou muito pequenos, com população inferior a 50 mil habitantes (pequeno porte populacional).

Analisando os municípios integrantes do grupo 1 (até 50 mil habitantes), verifica-se que neste grupo estão 87,5% dos municípios da amostra. O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (*ifgf*) melhorou 5,6% entre 2015 e 2016, atingindo desempenho semelhante (em torno de 0.46) aos municípios do grupo 2 (população entre 50 e 100 mil habitantes). A transparência geral (*ind\_transp*) e suas dimensões (*ind\_transp\_ativa* e *ind\_transp\_passiva*) tiveram um aumento médio de 30% entre os dois anos, convergindo para resultados semelhantes ao da amostra completa. Ainda assim, esse grupo possui os menores valores absolutos referentes à transparência. Este resultado

pode ser justificado pelo fato destes municípios possuírem um tempo menor para cumprimento das obrigações referentes à transparência, conforme lei complementar nº 131/2009.

Os municípios do grupo 2 (com população entre 50 e 100 mil habitantes) representam 6,71% dos municípios da amostra. Para este grupo, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (*ifgf*) ficou estável (0.46) entre 2015 e 2016. A transparência geral (*ind\_transp*) e suas dimensões (*ind\_transp\_ativa* e *ind\_transp\_passiva*), assim como no grupo 1, tiveram um aumento de 30% entre os dois anos. O PIB *per capita* (*pibpc*) teve um pequeno aumento de 1,74% entre 2015 e 2016.

Por fim, os municípios do grupo 3 (população superior à 100 mil habitantes) representam 5,81% do total da amostra e possuem uma população média de 400 mil habitantes. Neste grupo, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (*ifgf*) teve uma leve queda entre 2015 e 2016 (0.546 vs 0.537). Com relação às variáveis ligadas à transparência pública, observa-se uma melhora nos percentuais entre os dois anos e verifica-se que os municípios deste grupo possuem os melhores índices de transparência pública comparado com os demais grupos. Este resultado pode ser explicado por estes municípios possuírem mais tempo de cumprimento das obrigações referentes à transparência, conforme exposto anteriormente.

## 5 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados estimados dos dois modelos econométricos com dados em painel para a amostra completa e por faixa populacional. Inicialmente os modelos foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários empilhados. Em seguida, estimaram-se os modelos com dados em painel com efeitos fixos e com efeitos aleatórios.

Na Tabela 6 constam os resultados obtidos pela estimação dos modelos especificados (Equação 1 e 2), empregando a regressão com mínimos quadrados empilhados (Pooled) e a regressão com dados em painel com efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA).

**Tabela 6** - Resultados das estimativas dos modelos com mínimos quadrados empilhados, efeitos fixos e efeitos aleatórios.

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEL DEPENDENTE: <i>ifgf</i>					
	Equação (1)			Equação (2)		
	POOLED	EF	EA	POOLED	EF	EA
<i>ind_transp</i>	0.00298*** (0.000519)	-0.000447 (0.000550)	0.00124*** (0.000450)			
<i>ind_transp_ativa</i>				0.00129*** (0.000465)	-0.000343 (0.000467)	0.000483 (0.000394)
<i>ind_transp_passiva</i>				0.00120*** (0.000404)	3.70e-05 (0.000441)	0.000619* (0.000360)
<i>lpop</i>	0.0171*** (0.00126)	-0.378** (0.151)	0.0176*** (0.00164)	0.0173*** (0.00126)	-0.378** (0.151)	0.0177*** (0.00164)
<i>lpibpc</i>	0.0290*** (0.00284)	0.0177 (0.0144)	0.0298*** (0.00362)	0.0292*** (0.00284)	0.0179 (0.0145)	0.0299*** (0.00363)
<i>tx_urban2010</i>	-0.000200*** (7.30e-05)		-0.000190** (9.37e-05)	-0.000198*** (7.30e-05)		-0.000189** (9.37e-05)
<i>dcomp_pref</i>	-0.0131*** (0.00341)		-0.0135*** (0.00437)	-0.0131*** (0.00341)		-0.0135*** (0.00437)
<i>dreeleicao</i>	0.00531 (0.00370)		0.00513 (0.00475)	0.00528 (0.00370)		0.00512 (0.00475)
<i>dalinha_gov2014</i>	-0.00215 (0.00262)		-0.00189 (0.00336)	-0.00227 (0.00262)		-0.00196 (0.00336)
<i>dalinha_pres2014</i>	0.00668** (0.00266)		0.00667* (0.00342)	0.00672** (0.00266)		0.00669* (0.00342)
<i>dsul</i>	0.00389 (0.00448)		0.00706 (0.00565)	0.00492 (0.00448)		0.00743 (0.00565)
<i>dsudeste</i>	-0.0536*** (0.00427)		-0.0539*** (0.00543)	-0.0539*** (0.00428)		-0.0540*** (0.00544)

<i>dnorte</i>	-0.0745*** (0.00853)		-0.0751*** (0.0111)	-0.0745*** (0.00858)		-0.0752*** (0.0111)
<i>dnordeste</i>	-0.119*** (0.00522)		-0.120*** (0.00666)	-0.119*** (0.00522)		-0.120*** (0.00666)
<i>d2016</i>	0.0148*** (0.00256)	0.0220*** (0.00214)	0.0170*** (0.00160)	0.0152*** (0.00256)	0.0217*** (0.00216)	0.0171*** (0.00160)
<i>Constante</i>	0.0615** (0.0275)	3.852*** (1.446)	0.0556 (0.0352)	0.0585** (0.0275)	3.856*** (1.445)	0.0544 (0.0352)
<i>Nº de Observações</i>	8,884	8,884	8,884	8,884	8,884	8,884
<i>R quadrado</i>	0.255	0.049		0.254	0.048	
<i>Número de Municípios</i>	4,442	4,442	4,442	4,442	4,442	4,442
<i>Teste de Hausman</i>			0.000			0.000

**Notas:** (a) Erros padrão robustos entre parênteses; (b) \*\*\* Significante a 1%. \*\* Significante a 5%. \* Significante a 10%. (c) POOLED: Mínimos Quadrados Empilhados, EF: Efeitos Fixos, EA: Efeitos Aleatórios.

Os resultados do teste de Hausman para os dois modelos (1) e (2) indicaram a utilização do modelo com efeitos fixos (p-valor = 0.000) para estimação dos resultados, conforme exposto na Tabela 6.

Nos parágrafos seguintes são comentados apenas os resultados dos modelos com efeitos fixos.

Na Equação (1) verifica-se, com base nos resultados do painel com efeitos fixos, que a variável de interesse relativa à transparência pública geral (*ind\_transp*) não apresentou significância estatística. A variável *dummy* referente ao ano de 2016 se mostra significativa a 1%, demonstrando que houve um aumento no *ifgf* de 2015 para 2016 em todos os municípios da amostra. A variável população estimada (*pop*) aponta uma significância de 5%, mas com sinal negativo contrário ao esperado. A variável PIB per capita (*pibpc*) não se mostrou significativa. As demais variáveis explicativas por não variarem ao longo do período estudado foram são omitidas do modelo de efeitos fixos.

Já na Equação (2), utiliza-se a variável referente à transparência pública de forma desmembrada (*ind\_transp\_ativa* e *ind\_transp\_passiva*). Os resultados também não revelaram significância estatística para os coeficientes das variáveis referentes à transparência ativa (*ind\_transp\_ativa*) e a transparência passiva (*ind\_transp\_passiva*). Os demais resultados foram semelhantes aos da equação (1) comentados no parágrafo anterior.

Esses achados reforçam os resultados de Sedmihradská e Haas (2012), dado que não há uma relação clara entre transparência pública e desempenho fiscal.

A Tabela 7 apresenta os resultados das estimações das Equações (1) e (2), separados por faixa populacional, considerando apenas o modelo mais adequado para dados em painel, decorrente do teste de Hausman.

**Tabela 7** - Resultados dos modelos estimados por faixa populacional.

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VARIÁVEL DEPENDENTE: <i>ifgf</i>					
	Equação (1)			Equação (2)		
	EF 1 - Até 50mil	EA 2 - Entre 50 e 100mil	EA 3 - Maior que 100mil	EF 1 - Até 50mil	EA 2 - Entre 50 e 100mil	EA 3 - Maior que 100mil
<i>ind_transp</i>	-0.000617 (0.000581)	0.00633*** (0.00205)	-0.000410 (0.00187)			
<i>ind_transp_ativa</i>				-0.000466 (0.000491)	0.00354** (0.00169)	-0.000355 (0.00181)
<i>ind_transp_passiva</i>				-2.99e-05 (0.000475)	0.00156 (0.00135)	0.000491 (0.00151)
<i>lpop</i>	-0.256* (0.154)	-0.00245 (0.0364)	0.0346*** (0.00975)	-0.256* (0.153)	-0.00175 (0.0366)	0.0339*** (0.00978)
<i>lpibpc</i>	0.00873 (0.0154)	0.0303* (0.0172)	0.0168 (0.0179)	0.00888 (0.0154)	0.0311* (0.0173)	0.0163 (0.0179)

<i>tx_urban2010</i>		0.000256 (0.000539)	0.000501 (0.000856)		0.000240 (0.000542)	0.000503 (0.000856)
<i>dcomp_pref</i>		-0.0342 (0.0218)	-0.0325 (0.0246)		-0.0339 (0.0218)	-0.0329 (0.0245)
<i>dreeleicao</i>		0.0329 (0.0218)	-0.0154 (0.0273)		0.0331 (0.0218)	-0.0154 (0.0273)
<i>dalinha_gov2014</i>		-0.0230 (0.0141)	-0.0134 (0.0154)		-0.0230 (0.0141)	-0.0133 (0.0155)
<i>dalinha_pres2014</i>		0.0177 (0.0147)	0.00912 (0.0155)		0.0176 (0.0147)	0.00867 (0.0155)
<i>dsul</i>		-0.0867*** (0.0254)	-0.0359 (0.0306)		-0.0835*** (0.0255)	-0.0367 (0.0307)
<i>dsudeste</i>		-0.109*** (0.0223)	-0.0560** (0.0283)		-0.110*** (0.0223)	-0.0566** (0.0284)
<i>dnorte</i>		-0.176*** (0.0333)	-0.0555 (0.0433)		-0.176*** (0.0334)	-0.0555 (0.0435)
<i>dnordeste</i>		-0.168*** (0.0271)	-0.125*** (0.0312)		-0.169*** (0.0271)	-0.124*** (0.0313)
<i>d2016</i>	0.0255*** (0.00229)	-0.0102 (0.00691)	-0.00754 (0.00647)	0.0252*** (0.00231)	-0.00796 (0.00672)	-0.00867 (0.00637)
<i>Constante</i>	2.695* (1.422)	0.287 (0.432)	-0.00772 (0.185)	2.698* (1.421)	0.276 (0.435)	0.00401 (0.184)
<i>Nº Observações</i>	7,769	594	521	7,769	594	521
<i>R quadrado</i>	0.062			0.062		
<i>Número de Municípios</i>	3,886	301	263	3,886	301	263
<i>Teste de Hausman</i>	0.000	0.755	0.858	0.000	0.886	0,910

**Notas:** (a) Erros padrão robustos entre parênteses; (b) \*\*\* Significante a 1%. \*\* Significante a 5%. \* Significante a 10%. (c) EF: Efeitos Fixos, EA: Efeitos Aleatórios.

Como se pode observar na Tabela 7, os resultados do teste de Hausman indicaram para as Equações (1) e (2) a estimação com modelo de efeitos fixos para o grupo 1 (com população até 50 mil habitantes) e com efeitos aleatórios para os grupo 2 (com população entre 50 e 100 mil habitantes) e 3 (população maior que 100 mil habitantes).

Para os grupos 1 e 3, os resultados para as Equações (1) e (2) foram semelhantes. Logo, as variáveis relativas à transparência pública, tanto em sua forma geral (*ind\_transp*) como desmembrada (*ind\_transp\_ativa* e *ind\_transp\_passiva*) não apresentaram significância estatística.

Em relação aos municípios do grupo 2, os resultados revelaram significância estatística a 1% para a variável transparência pública geral (*ind\_transp*) e para a a 5% na variável transparência ativa (*ind\_transp\_ativa*). Estes resultados indicam que neste grupo, a transparência pública e, mais especificamente, a transparência ativa contribuem para explicar o desempenho da gestão fiscal, corroborando com resultados de estudos anteriores (HAMEED, 2005; ALT; LASSEN, 2006; BENITO; BASTIDA, 2009; ARBATLI; ESCOLANO, 2015; CRUZ; AFONSO, 2018).

Já os resultados das *dummies* das regiões sul, sudeste, norte e nordeste, mantendo a região centro-oeste como controle, foram significantes a 1%, porém com coeficientes negativos. Isto mostra que condicionantes regionais, específicos de cada região, são passíveis de influenciar os resultados relacionados à gestão fiscal dos municípios.

## 6. CONCLUSÕES

A grave situação fiscal brasileira, sobretudo nos municípios, tem ganhado ainda mais destaque ao longo dos últimos anos diante do persistente processo de queda da arrecadação e de frustração de receitas não recorrentes. Ao mesmo tempo, o governo se depara com o crescimento das despesas obrigatórias, sobretudo por fatores externos ao seu controle. Esse desequilíbrio fiscal tem prejudicado muitas vezes a prestação de serviços essenciais.

O processo de gestão fiscal é regido por diversos dispositivos legais, dentre os quais se destaca a LRF que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade da gestão fiscal apoiada em três pilares administrativos. A transparência representa um desses pilares, sendo um importante instrumento para avaliação da gestão fiscal.

A literatura teórica que avalia os efeitos da transparência na situação fiscal não é clara. Para países desenvolvidos é mais consolidado o efeito positivo e significativo entre transparência e desempenho fiscal (HAMEED, 2005; ALT; LASSEN, 2006; BENITO; BASTIDA, 2012; ARBATI; ESCOLANO, 2015). Quando envolve países em desenvolvimento, os resultados são negativos ou sem efeito (JARMUZEK, 2006; SEDMIHRADSKÁ; HAAS, 2012). Contudo, espera-se que a transparência pública tenda a estar associada ao desempenho fiscal superior.

Com base no exposto, o presente estudo buscou avaliar o efeito da transparência pública, mais abrangente que a transparência fiscal, sobre o desempenho da gestão fiscal, nos municípios brasileiros, controlando por outros fatores, a partir de um estudo empírico com dados em painel, para os anos de 2015 e 2016.

Os resultados da análise estatística não comprovaram relação significativa entre transparência pública, medida pelo índice nacional da transparência do Ministério Público Federal (MPF), e o desempenho da gestão fiscal, medido pelo índice de gestão fiscal (IFGF) construído pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Tais resultados corroboram com as conclusões do estudo de Sedmihradská e Haas (2012) que explorou a relação entre transparência orçamentária e desempenho fiscal em 18 países com dados em painel para um período de seis anos (2004-2009).

Também não encontramos evidências fortes e estatisticamente significantes entre a transparência pública desmembrada (transparência ativa e transparência passiva) e o desempenho da gestão fiscal. Portanto, embora as práticas de transparência tenham sido aperfeiçoados nos últimos anos, os resultados sugerem que ainda há lacuna na implicação de tais práticas na gestão fiscal.

Ao agrupar os municípios por faixa populacional com base na lei nº 131/2009 (lei da transparência) verificou-se que os resultados da análise empírica revelaram evidências estatísticas positivas e significantes da relação entre a transparência pública geral e a transparência ativa e o desempenho da gestão fiscal, para o grupo de municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes. Os demais grupos, com população até 50 mil habitantes e maior que 100 mil habitantes não apresentaram significância estatística.

Contudo, como é característico de pesquisas científicas, o presente estudo também enfrentou limitações. Com relação ao período avaliado, a ausência de dados de séries temporais referente à transparência pública impossibilitou a análise com dados em painel para um período superior a dois anos. Também, por indisponibilidade de dados do IFGF na FIRJAN, vários municípios não puderam ser incluídos na amostra.

Por fim, como sugestões para pesquisas futuras, recomendam-se os seguintes pontos: realizar a análise do efeito da transparência pública em cada um dos cinco indicadores que compõem o IFGF; identificar e utilizar variáveis instrumentais para eliminar uma possível endogeneidade da transparência pública; escolher variáveis representativas da dimensão de controle, para que sejam consideradas no modelo econométrico como opção para ajudar a isolar o efeito da transparência pública no desempenho fiscal; e utilizar outros índices de transparência pública para averiguar a robustez dos resultados encontrados em diferentes medidas de transparência pública.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, W. M. DE; GOMES, R. C.; ALFINITO, S. Transparência Fiscal Explica Desenvolvimento Social nos Estados Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 2, 2015.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. **European Economic Review**, v. 50, n. 6, p. 1403–1439, 1 ago. 2006.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the U.S. States. **IMF Staff Papers**, v. 53, n. 1, p. 30–57, 2006.
- ARBATLI, E.; ESCOLANO, J. Fiscal Transparency, Fiscal Performance and Credit Ratings. **Fiscal Studies**, v. 36, n. 2, p. 237–270, jun. 2015.
- BARROS, Lucas de Moraes. **A TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ: AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES NESSE PROCESSO**. 2014. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR.
- BALDISSERA, Juliano Francisco. **Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública**. 2018. 145f.. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR.
- BENITO, B.; BASTIDA, F. Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: An international approach. **Public Administration Review**, v. 69, n. 3, p. 403–417, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- BRASIL. **Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 27 maio 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017** **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 2017.
- CAAMAÑO-ALEGRE, J. et al. Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis. **Local Government Studies**, v. 39, n. 2, p. 182–207, 2013.
- CRUZ C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, p. 102–115, 2009.
- CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153–176, 2012.

CRUZ, C. F. DA; AFONSO, L. E. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 1, p. 126–148, 2018.

FIRJAN. **Federação da Indústria do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

HAMEED, F. Fiscal Transparency and Economic Outcomes. **IMF Working Paper**, 1 dez. 2005.

JARMUZEK, M. **Does Fiscal Transparency Matter? The Evidence from Transition Economies**. Disponível em: <[https://www.cerge-ei.cz/pdf/gdn/rrc/RRCV\\_77\\_paper\\_03.pdf](https://www.cerge-ei.cz/pdf/gdn/rrc/RRCV_77_paper_03.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479–499, 2006.

KOLSTAD, I.; WIIG, A. Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries? **World Development**, v. 37, n. 3, p. 521–532, 1 mar. 2009.

LEITE FILHO, G. A.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. Transparência da gestão fiscal pública: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 114–136, 2015.

MAGALHÃES, E. A. DE. **GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS REGIONAIS**. [s.l.: s.n.].

MPF. **Ranking Nacional da Transparência**. Disponível em: <<http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. C. DE; SANTOS, N. DE A. **TRANSPARÊNCIA PASSIVA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. XI Congresso da ANPCont. **Anais...**Belo Horizonte: 2017Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/317351521>>. Acesso em: 13 jun. 2018

SANTANA, J. B.; REIS, A. DE O.; SEDIYAMA, G. A. S. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 2, p. 277–292, 2017.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. DE et al. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 3, p. 62, 21 dez. 2009.

SEDMIHRADSKÁ, L.; HAAS, J. Budget transparency and fiscal performance: Do open budgets matter? **MPRA Paper**, 15 mar. 2012.

SIMONE, E. DE; GAETA, G. L.; MOURÃO, P. R. The Impact of Fiscal Transparency on Corruption: An Empirical Analysis Based on Longitudinal Data. **B.E. Journal of Economic Analysis and Policy**, v. 17, n. 4, p. 1–17, 2017.

VIEIRA, J. B. **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E CORRUPÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: o impacto do governo** Resumo Introdução. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, p. 17–41, 2012.

WRIGHT, G. A. **ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA FISCAL ATIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. [s.l.: s.n.].

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242–254, 2014.